ANEXO 4

sas.ipt Serviços de Acção Social

Instituto Politécnico de Tomar
Quinta do Contador - Estrada da Serra . 2300-313 Tomar
Tel: 249 328 116 . Fax: 249 328 109
NIF: 600 052 338
e-mail: sas@ipt.pt
www.ipt.pt

BALANÇO PREVISIONAL

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS 2025	PERIODOS 2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangiveis	4, 5	1 294 000,65 €	1 529 944,94
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Acionistas/sócios/associados			
Outros activos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		1 294 000,65	1 529 944,94
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	9, 18	15 280,25	24 559,76
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18	499,18	420,73
Diferimentos	18	10 913,97	11 588,03
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos	1,18	83 741,44	66 763,39
		110 434,84	103 331,91
		1 404 435,49	1 633 276,85
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18	447 006,46	447 006,46
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados	18	682 370,95	650 819,64
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	18	175 931,15	441 433,74
Resultado líquido do período	18	24 709,36	-20 677,28
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do património líquido		1 330 017,91	1 518 582,56
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos	18		
Responsabilidades por beneficios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores	18		
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	1 729,00	1 652,00
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos	5, 18		
Outras contas a pagar	18	71 860,42	113 042,29
Diferimentos	18	828,16	
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		74 417,58	114 694,29
Total do passivo		74 417,58	114 694,29
Total do património líquido e do passivo		1 404 435,49	1 633 276,85

sas.ipt Serviços de Acção Social

Instituto Politécnico de Tomar
Quinta do Contador - Estrada da Serra . 2300-313 Tomar
Tel: 249 328 116 . Fax: 249 328 109
NIF: 600 052 338
e-mail: sas@ipt.pt
www.ipt.pt

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA PREVISIONAL

DIVISA: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	13	118,80	115,20
Vendas	13		
Prestações de serviços e concessões	4,13	371 709,36	282 690,24
Transferências e subsídios correntes obtidos	14,2	405 666,00	404 691,00
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-348 794,10	-284 967,58
Gastos com o pessoal	19	-379 765,27	-388 772,57
Transferências e subsídios concedidos		-15 435,00	-13 630,00
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9,18	-4 731,06	-31 023,80
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		50 539,88	127 691,16
Outros gastos e perdas		-8 100,00	-7 520,00
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		71 208,61	89 273,65
Gastos/reversões de depreciação e amortizaçãc	5	- 44 346,46 €	-109 911,80
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26 862,15	-20 638,15
Juros e rendimentos similares obtidos		99,00	96,00
Juros e gastos similares suportados		-2 251,79	-135,13
Resultado antes de impostos		24 709,36	-20 677,28
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		24 709,36	-20 677,28

ANEXO IX
Memória justificativa do OE/2025

Mapa Final da Memória Justificativa

MINISTÉRIO: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

SERVIÇO: 5459 - SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

I - Proposta de Orçamento para 2025 (Unid: Euros)

RCE	Designação	CGE 2023	OE/2024 aprovado	Redução de Receita ou Pressão na Despesa - 2025	Iniciativas 2025	Aumento de Receita ou Poupança na Despesa - 2025	Proposta orçamento 2025	Variação OE2025 face a OE2024		Variação OE2025 face a OE2023	
								Valor	%	Valor	%
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2)+(3)+(4)+(5)	(7)=(6)-(2)	(8)=(7)/(2)	(9)=(6)-(1)	(10)=(9)/(1)
	RECEITA								0		0
R.01	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.02	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.03	Contribuições de Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.04	Taxas, multas e outras penalidades	0	120	0	0	0	120	0	0	120	0
R.05	Rendimentos de propriedade	1	0	0	0	0	0	0	0	-1	-100
R.07	Venda de bens e serviços	389.668	311.124	0	81.132	0	392.256	81.132	26	2.588	1
R.06+10	Transferências	383.421	404.691	0	975	0	405.666	975	0	22.245	6
R.08+09+13+14+15	Outras receitas	0	100	0	0	0	100	0	0	100	0
R.11+12	Ativos/Passivos Financeiros (a)	49.550	0	0	0	0	0	0	0	-49.550	-100
R.16	Saldo da gerência anterior	12.015	0	0	0	0	0	0	0	-12.015	-100
R.99	Transferencia Receitas Impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total Receita	834.655	716.035	0	82.107	0	798.142	82.107	11	-36.513	-4
Por FF									0		0
	Receitas de Impostos	301.921	319.691	0	5.975	0	325.666	5.975	2	23.745	8
	Receitas Próprias	451.234	311.344	0	0	81.132	392.476	81.132	26	-58.758	-13
	Fundos Europeus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transf. no âmbito das AP	81.500	85.000	-5.000	0	0	80.000	-5.000	-6	-1.500	-2
	Total Receita por FF	834.655	716.035	-5.000	5.975	81.132	798.142	82.107	11	-36.513	-4
	DESPESA								0		0
D.01	Despesas com o pessoal								0		0
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	267.097	274.337	0	0	-7.621	266.716	-7.621	-3	-381	0
D.01.02	Abonos Variáveis ou eventuais	7.765	11.874	0	0	-1.210	10.664	-1.210	-10	2.899	37
D.01.03	Segurança Social	60.368	61.367	0	0	-994	60.373	-994	-2	5	0
D.02	Aquisição de bens e serviços	339.014	308.857	0	85.692	0	394.549	85.692	28	55.535	16
D.03	Juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D.04+08	Transferências	4.217	14.500	0	2.650	0	17.150	2.650	18	12.933	307
D.05	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D.07	Investimento	30.569	42.100	0	3.590	0	45.690	3.590	9	15.121	49
D.06+11	Outras despesas	3.166	3.000	0	0	0	3.000	0	0	-166	-5
D.09+10	Ativos/Passivos Financeiros	31.000	0	0	0	0	0	0	0	-31.000	-100
	Total Despesa	743.196	716.035	0	91.932	-9.825	798.142	82.107	11	54.946	7
Por FF									0		0
	Receitas de Impostos	301.309	319.691	0	5.975	0	325.666	5.975	2	24.357	8

2024-08-09

ANEXO IX
Memória justificativa do OE/2025

Mapa Final da Memória Justificativa

MINISTÉRIO: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

SERVIÇO: 5459 - SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

I - Proposta de Orçamento para 2025 (Unid: Euros)

RCE	Designação	CGE 2023	OE/2024 aprovado	Redução de Receita ou Pressão na Despesa - 2025	Iniciativas 2025	Aumento de Receita ou Poupança na Despesa - 2025	Proposta orçamento 2025	Variação OE2025 face a OE2024		Variação OE2025 face a OE2023	
								Valor	%	Valor	%
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2)+(3)+(4)+(5)	(7)=(6)-(2)		(9)=(6)-(1)	
	Receitas Próprias	360.387	311.344	0	81.132	0	392.476	81.132	26	32.089	9
	Fundos Europeus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transf. no âmbito das AP	81.500	85.000	0	0	-5.000	80.000	-5.000	-6	-1.500	-2
	Total Despesa por FF	743.196	716.035	0	87.107	-5.000	798.142	82.107	11	54.946	7
	EXTRAORÇAMENTAIS								0		0
R.17	Receitas extraorçamentais		0	0	0	0	0	0	0		0
D.12	Despesas extraorçamentais		0	0	0	0	0	0	0		0
Por memória											
Receita Efetiva		785.105	716.035	0	82.107	0	798.142				
Despesa Efetiva		712.196	716.035	0	91.932	-9.825	798.142				
Saldo Global		72.909	0	0	-9.825	9.825	0				

II - Indicadores Recursos Humanos

Indicadores Recursos Humanos	OE 2024		PO 2025	
	valor	%	valor	%
PDP (Peso das despesas com Pessoal)		49		42
Despesa com pessoal media por pessoa	19.310		21.110	
Remuneração Média	15.241		16.670	

III - Justificação da Proposta de Orçamento de Receita

Capítulo 01 - Impostos Diretos

Capítulo 02 - Impostos Indiretos

2024-08-09

Capítulo 03 - Contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE

-

Capítulo 04 - Taxas, multas e outras penalidades

FONTE DE FINANCIAMENTO 513:
CORRESPONDENTE A UM MONTANTE ESTIMADO EM 120 EUROS, PROVENIENTE DA COBRANÇA DE JUROS MORATÓRIOS DEVIDOS PELO ATRASO NO PAGAMENTO DE FATURAS DE ALOJAMENTO EMITIDAS PELOS SAS-IPT, NOS TERMOS DO QUADRO LEGAL APLICÁVEL ÀS DÍVIDAS AO ESTADO E OUTRAS PESSOAS COLETIVAS PÚBLICAS. O VALOR É SEMELHANTE AO PREVISTO NO ORÇAMENTO APROVADO PARA 2024.

Capítulo 05 - Rendimentos da propriedade

-

Capítulo 06 - Transferências correntes

FONTE DE FINANCIAMENTO 311:
CORRESPONDENTE AO UM MONTANTE PARCIAL DE 325.666 EUROS, DA DOTAÇÃO GLOBAL ATRIBUÍDA PELO M.E.C.T. AO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR (IPT) PARA 2025, QUE FOI DECIDIDO AFETAR AOS SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL DO IPT (SAS.IPT), NOS TERMOS DO ART.º 5.º, DO DECRETO-LEI N.º 129/93, DE 22 DE ABRIL, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS N.ºS 113/97, DE 16 DE SETEMBRO E 62/2007, DE 10 DE SETEMBRO E PELO DECRETO-LEI N.º 204/2009, DE 31 DE AGOSTO. REPRESENTA UM AUMENTO PERCENTUAL DE CERCA DE 1,87%, RELATIVAMENTE À DE 2024.

FONTE DE FINANCIAMENTO 541:
CORRESPONDENTE A UM MONTANTE DE 80.000 EUROS POR TRANSFERÊNCIA DO IPT PROVENIENTE DA RECEITA DE PROPINAS DO INSTITUTO E AFETA À AÇÃO SOCIAL, NOS TERMOS DO ART.º 5.º, DO DECRETO-LEI N.º 129/93, DE 22 DE ABRIL, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS N.ºS 113/97, DE 16 DE SETEMBRO E 62/2007, DE 10 DE SETEMBRO E PELO DECRETO-LEI N.º 204/2009, DE 31 DE AGOSTO. REPRESENTA UMA REDUÇÃO DE 5.000 ¿ (CERCA DE 5,9%) RELATIVAMENTE AO VALOR APROVADO NO ORÇAMENTO PAS 2024 E VISA COMPENSAR ENCARGOS DOS SAS.IPT COM PESSOAL SEU, PARCIALMENTE AFETO A TAREFAS E ATIVIDADES PRÓPRIAS DO IPT, ENCARGOS QUE TAMBÉM DIMINUIRAM, EM IDÊNTICA PROPORÇÃO.

Capítulo 07 - Venda de bens e serviços correntes

FONTE DE FINANCIAMENTO 513:
CORRESPONDENTE A UM MONTANTE DE RECEITA A COBRAR ESTIMADO EM 392.256 EUROS, PREDOMINANTEMENTE PROVENIENTE DA COMPARTICIPAÇÕES DOS ESTUDANTES, NO CUSTO DAS REFEIÇÕES FORNECIDAS NOS REFEITÓRIOS DOS SAS E NO ALOJAMENTO NAS RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES DOS SAS, MAS TAMBÉM DE CONTRAPARTIDAS FINANCEIRAS PELA CEDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE BARES, SNACK-BARES, SERVIÇOS DE FOTOCÓPIAS E PAPELARIA E EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDING E PELA UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DO CAMPUS DO IPT, NOS TERMOS DO ART.º 5.º, DO DECRETO-LEI N.º 129/93, DE 22 DE ABRIL, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS N.ºS 113/97, DE 16 DE SETEMBRO E 62/2007, DE 10 DE SETEMBRO E PELO DECRETO-LEI N.º 204/2009, DE 31 DE AGOSTO. É UM VALOR SUPERIOR EM CERCA DE 26 % EM RELAÇÃO À PROPOSTA DE ORÇAMENTO APROVADA PARA 2024, QUE É JUSTIFICADO PELA MAIOR PROCURA DOS SERVIÇOS DOS SAS.IPT COMPARTICIPADOS PELOS ESTUDANTES E PELO AUMENTO DO VALOR DESSAS COMPARTICIPAÇÕES POR ESTAREM INDEXADAS AO VALOR DO IAS, QUE TAMBÉM AUMENTOU, BEM COMO PELA EXPECTATIVA DA COBRANÇA DE VALORES LIQUIDADOS E NÃO COBRADOS EM ANOS ANTERIORES.

JUSTIFICAÇÃO PARA O FACTO DE, GLOBALMENTE, NÃO SE VERIFICAR UM AUMENTO DA RECEITA ORÇAMENTADA PARA 2025, FACE AO VALOR DA RECEITA COBRADA EM 2023:

A RECEITA GLOBAL QUE SE PROPÕE ORÇAMENTAR PARA 2025, APRESENTA UM VALOR DE 798.142 EUROS, ENQUANTO A RECEITA EFETIVAMENTE COBRADA EM 2023 TEVE UM VALOR DE 834.655 EUROS, SENDO, PORTANTO, AQUELA INFERIOR EM 36.513 EUROS A ESTA. TAL SITUAÇÃO DEVE-SE AO FACTO DE A RECEITA COBRADA EM 2023 INCLUIR UM VALOR DE 49.550,42 EUROS RELATIVO AO RESGATE DE ATIVOS FINANCEIROS (CEDIC) QUE HAVIAM SIDO SUBSCRITOS NO FINAL DO ANO ANTERIOR E INCLUIR, TAMBÉM, O VALOR DE 12.015,18 EUROS REFERENTE AO SALDO DE GERÊNCIA TRANSITADO DO ANO DE 2022, RUBRICAS DE RECEITA QUE, OBVIAMENTE, NÃO ESTÃO PREVISTAS NA ATUAL PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2025.

PELO QUE A RECEITA EFETIVA DE 2023, SEM A INTEGRAÇÃO DAQUELES VALORES É, NA REALIDADE INFERIOR EM 16.051,48 EUROS RELATIVAMENTE À QUE PROPÕE ORÇAMENTAR PARA 2025.

Capítulo 08 - Outras receitas correntes

FONTE DE FINANCIAMENTO 513:
CORRESPONDENTE A UM MONTANTE SEM EXPRESSÃO ESTIMADO EM 100 EUROS, PROVENIENTE DE RECEITAS NÃO CLASSIFICÁVEIS NOUTRAS RUBRICAS DE RECEITA.

Capítulo 09 - Venda de bens de investimento

-

Capítulo 10 - Transferências de capital

-

Capítulo 11 - Ativos financeiros

-

Capítulo 12 - Passivos financeiros

-

Capítulo 13 - Outras receitas de capital

-

Capítulo 14 - Recursos próprios comunitários

-

Capítulo 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos

-

Capítulo 16 - Saldo da gerência anterior

-

Capítulo 17 - Operações extraorçamentais

-

IV - Justificação da Proposta de Orçamento de Despesa

Agrupamento 01 - Despesas com o pessoal

FONTE DE FINANCIAMENTO 311:
A VERBA INSCRITA NESTE AGRUPAMENTO DE DESPESA NA FONTE DE FINANCIAMENTO 311, NO VALOR DE 325.666 EUROS, QUE CORRESPONDE À TOTALIDADE DA RECEITA PREVISTA NAQUELA MESMA FONTE DE FINANCIAMENTO, E É VALOR CONSIDERADO COMO NECESSÁRIO PARA ASSEGURAR O PAGAMENTO DA MAIOR PARTE DAS DESPESAS COM REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES, ABONOS VARIÁVEIS E EVENTUAIS E ENCARGOS DE SEGURANÇA SOCIAL, DO PESSOAL PREVISTO PARA EXERCER FUNÇÕES EM 2025. NAS DESPESAS PREVISTAS ESTÃO JÁ CONTEMPLADAS AS EXPECTATIVAS DE PROGRESSÃO OBRIGATÓRIA, DOS TRABALHADORES DOS SAS.IPT DECORRENTES DO CICLO DE AVALIAÇÃO DO SIADAP QUE TERMINARÁ EM DEZEMBRO DE 2024.

FONTE DE FINANCIAMENTO 513:
A VERBA INSCRITA NESTE AGRUPAMENTO DE DESPESA NA FONTE DE FINANCIAMENTO 513, NO VALOR DE 12.087 EUROS, CORRESPONDE A VALOR DE DESPESA COM ENCARGOS DA CGA (SEGURANÇA SOCIAL), NÃO COBERTAS PELA DOTAÇÃO DA FF 311 E COM UM VALOR RESIDUAL PARA ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIO DE DESEMPENHO DECORRENTE DO CICLO DE AVALIAÇÃO DO SIADAP QUE TERMINARÁ EM DEZEMBRO DE 2024.

GLOBALMENTE, VERIFICA-SE UMA REDUÇÃO DOS CUSTOS COM PESSOAL EM CERCA DE 2,8 %, COMPARATIVAMENTE COM O ORÇAMENTO APROVADO PARA 2024, QUE É JUSTIFICADO, PELO FACTO

DE UMA TRABALHADORA DA CARREIRA DE ASSISTENTE TÉCNICA E CATEGORIA DE COORDENADORA TÉCNICA, IR PASSAR PARA O MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS CENTRAIS DO IPT A PARTIR DE JNEIRO DE 2025, REDUÇÃO QUE SE VERIIFICARÁ MESMO APESAR DAS ATUALIZAÇÕES DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO DECORRENTES DO CICLO DE AVALIAÇÃO DO SIADAP QUE TERMINARÁ EM DEZEMBRO DE 2024. APENAS NÃO ESTÃO CONTEMPLADAS POR FORÇA DAS REGRAS DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO OS AUMENTOS EXPECTÁVEIS DAS REMUNERAÇÕES DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO VALOR DA RMMG, QUE SE VERIFICARÃO EM 2025.

Agrupamento 02 - Aquisição de bens e serviços correntes

FONTES DE FINANCIAMENTO 513 E 541:

AS VERBAS INSCRITAS RELATIVAS A ESTE AGRUPAMENTO DE DESPESA, NO VALOR TOTAL DE 394.549 EUROS DESTINAM-SE AO PAGAMENTO DE DESPESAS INERENTES AO NORMAL E REGULAR FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DOS SAS-IPT E, EM NA SUA MAIOR PARTE, DOS EQUIPAMENTOS E RECURSOS SOCIAIS (RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES, UNIDADES ALIMENTARES, APOIO PSICOLÓGICO, ETC.) DOS SAS, EM ORDEM A GARANTIR A EFETIVA PROSSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS SAS.IPT EM MATÉRIA DE APOIOS SOCIAIS DIRETOS E INDIRETOS AOS ESTUDANTES DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR.

A PROPOSTA DE ORÇAMENTO NESTE AGRUPAMENTO DE DESPESA, REFLETE UM VALOR SUPERIOR EM CERCA DE 28 % RELATIVAMENTE AO VALOR DO ORÇAMENTO APROVADO PARA 2024 POR SE TORNAR NECESSÁRIO PARA DAR RESPOSTA À EXPECTÁVEL MUITO MAIOR PROCURA DOS SERVIÇOS SOCIAIS PRESTADOS PELOS SAS.IPT.

UMA PARTE DAS DESPESAS DESTE AGRUPAMENTO, NO VALOR DE 80.000 EUROS, ESTÁ CLASSIFICADA NA FF 541 POR CORRESPONDER À PARTE DA RECEITA DE PROPINAS PROVENIENTE DE TRANSFERÊNCIA DOS SERVIÇOS CENTRAIS DO IPT.

JUSTIFICAÇÃO PARA O VALOR DA DOTAÇÃO DA RUBRICA RESIDUAL DE DESPESA 02.02.25 - "OUTROS SERVIÇOS":

A DOTAÇÃO PREVISTA NA PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA A RUBRICA DE DESPESA 02.02.25 - «OUTROS SERVIÇOS», É SUPERIOR A 10% DO VALOR DA DOTAÇÃO GLOBAL DO AGRUPAMENTO 02.02 - "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS", PORQUANTO SE PREVÊ, À SEMELHANÇA DO QUE JÁ ACONTECEU EM ANOS ANTERIORES, E EM VIRTUDE DE A OFERTA DE ALOJAMENTO DISPONÍVEL NAS RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES DOS SAS.IPT NÃO SER SUFICIENTE PARA A PROCURA QUE SE VERIFICA POR PARTE DOS ESTUDANTES, A NECESSIDADE DE ASSEGURAR O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ALOJAMENTO POR PARTE DE ENTIDADES EXTERNAS, NO QUADRO DO PLANO DE INTERVENÇÃO PARA A REQUALIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIAS, PREVISTO NA LEI N.º 36/2018, DE 24 DE JULHO E APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 30/2019, DE 26 DE FEVEREIRO, QUE PREVÊ A POSSIBILIDADE DESSA CONTRATAÇÃO. PARA A CONTRATAÇÃO EM CAUSA PREVÊ-SE A REALIZAÇÃO DE UMA DESPESA ANUAL DE CERCA DE 52.500 EUROS, DESPESA ESSA QUE NÃO É CLASSIFICÁVEL EM QUALQUER OUTRA RUBRICA DE DESPESA DO AGRUPAMENTO 02.02 - "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS", QUE NÃO A RUBRICA DE DESPESA 02.02.25 - «OUTROS SERVIÇOS».

TENDO EM CONTA QUE, SEM AQUELA COMPONENTE DE DESPESA, A DOTAÇÃO GLOBAL DO AGRUPAMENTO 02.02 - "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS" TERIA O VALOR DE 112.894 EUROS E QUE 10% DESTE VALOR CORRESPONDERIA A 11.289,40 EUROS, NÃO É POSSÍVEL EVITAR QUE A RUBRICA DE DESPESA 02.02.25 - «OUTROS SERVIÇOS», PELAS RAZÕES ATRÁS JUSTIFICADAS E FUNDAMENTADAS, ULTRAPASSE ESTES 10%.

Agrupamento 03 - Juros e outros encargos

.

Agrupamento 04 - Transferências correntes

FONTE DE FINANCIAMENTO 513:
VERBA INSCRITA NESTE AGRUPAMENTO DE DESPESA, NA FONTE DE FINANCIAMENTO 513, DESTINA-SE A TRANSFERÊNCIAS PARA BOLSAS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DO IEFP (CONTRATOS EMPREGO INSERÇÃO) E A BOLSAS DE ESTUDANTE-COLABORADOR A ATRIBUIR NO ÂMBITO DE REGULAMENTAÇÃO APROVADA PELO CONSELHO DE ACÇÃO SOCIAL DO IPT, AMBAS COM O OBJETIVO DE SUPRIR NECESSIDADES DE COLABORAÇÃO EM TAREFAS E TRABALHOS INDIFERENCIADOS, DE CARÁTER NÃO PERMANENTE (RUBRICA 04.08.02). A PROPOSTA DE ORÇAMENTO REFLETE UM VALOR NESTE AGRUPAMENTO, UM AUMENTO DE 2.650 EUROS RELATIVAMENTE AO ORÇAMENTO APROVADO PARA 2024, POR SE ENTENDER O NECESSÁRIO E SUFICIENTE PARA AS NECESSIDADES QUE SE PREVÊ QUE IRÃO SURGIR .

Agrupamento 05 - Subsídios

.

Agrupamento 06 - Outras despesas correntes

FONTE DE FINANCIAMENTO 513:
CORRESPONDENTE A UM MONTANTE RESIDUAL, ESTIMADO EM 3.000 EUROS, RESPEITANTE A DESPESAS NÃO TIPIFICADAS NOUTRAS RUBRICAS DE DESPESA. VALOR IGUAL AO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO APROVADA DE 2024.

Agrupamento 07 - Aquisição de bens de capital

FONTE DE FINANCIAMENTO 513:
AS VERBAS INSCRITAS NA FONTE DE FINANCIAMENTO 513, DESTINAM-SE A INVESTIMENTOS INERENTES A REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS, À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO, SOFTWARE, ASSIM COMO EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO E BÁSICO, QUE SE VÁ TORNANDO INDISPENSÁVEL À PROSSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS SAS. A PROPOSTA DE ORÇAMENTO NESTE AGRUPAMENTO DE DESPESA REFLETE UM AUMENTO DE CERCA DE 8,5% (3.590 EUROS) RELATIVAMENTE AO ORÇAMENTO APROVADO PARA 2024, QUE É A POSSÍVEL, FACE ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS GLOBAIS PTREVISÍVBEIS DISPONÍVEIS, MAS AINDA ASSIN, INSUFICIENTE, PARA A NECESSIDADES REAIS EXISTENTES .

NA VERDADE, A DOTAÇÃO PROPOSTA PARA ESTE AGRUPAMENTO APENAS NÃO É SUPERIOR, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE EQUILIBRAR O ORÇAMENTO EM CUMPRIMENTO DA REGRA DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL, NÃO CORRESPONDENDO, PORTANTO, ÀS REAIS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DOS SAS.IPT, DECORRENTES DO ENVELHECIMENTO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DOS SAS.IPT, QUE PODERÁ JUSTIFICAR A NECESSIDADE IMPERIOSA DE ASSEGURAR REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS E A SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EM ORDEM A GARANTIR AS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE GARANTIA DA EFETIVA PROSSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS SAS.IPT EM MATÉRIA DE APOIOS SOCIAIS DIRETOS E INDIRETOS AOS ESTUDANTES DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR, CUJO VALOR PODERÁ IR ALÉM DO PREVISTO NA DOTAÇÃO PROPOSTA, PELO QUE PODERÁ OCORRER A NECESSIDADE DE REFORÇO ORÇAMENTAL NESTE AGRUPAMENTO DE DESPESA, NO DECORRER DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Agrupamento 08 - Transferências de capital

.

Agrupamento 09 - Ativos financeiros

.

Agrupamento 10 - Passivos financeiros

.

Agrupamento 11 - Outras despesas de capital

.

Agrupamento 12 - Operações extraorçamentais

.

V - Justificação do Saldo Global

Saldo Global

A PROPOSTA APRESENTA PARA 2025 UM SALDO GLOBAL NULO, POR SER O ÚNICO COMPATÍVEL COM A CONJUNTURA ORÇAMENTAL QUE SE PERSPETIVA PARA 2025 E POR FORÇA DO NECESSÁRIO CUMPRIMENTO DA REGRA DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.
REFERE-SE, PORÉM, QUE ESTE SALDO ENTRE RECEITAS E DESPESAS É MERAMENTE FORMAL E PODERÁ NÃO VIR A REFLETIR A REALIDADE NO QUE TOCA ÀS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DOS SAS.IPT, UMA VEZ QUE AS DESPESAS QUE, NA REALIDADE, SE PODERÃO VIR A TORNAR NECESSÁRIO ASSEGURAR, PODERÃO VIR A SER SUPERIORES ÀS RECEITAS PREVISTAS NA PROPOSTA DE ORÇAMENTO, PODENDO, PORTANTO, JUSTIFICAR A NECESSIDADE DE REFORÇO ORÇAMENTAL DA RECEITA.

VI - Justificação de Indicadores

Indicadores

A VARIAÇÃO APRESENTADA NO INDICADOR PDP - "TOTAL AGRUPAMENTO 01/DESPESA EFETIVA TOTAL", APRESENTA UMA TENDÊNCIA DE REDUÇÃO EM 2025, JUSTIFICADA PELO FACTO DE OS SAS.IPT PASSAREM A CONTAR COM MENOS UM ELEMENTO NO SEU MAPA DE PESSOAL, QUE NÃO IRÁ SER SUBSTUÍDO DURANTE O ANO DE 2025 E QUE REDUZ O PESO RELATIVO DO AGRUPAMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL NA DESPESA EFETIVA TOTAL.
JÁ OS INDICADORES "TOTAL AGRUPAMENTO 01/N.º EFETIVOS DO MAPA DE PESSOAL" E "RCP/ N.º EFETIVOS DO MAPA DE PESSOAL", APONTAM NO SENTIDO DO AUMENTO EM AMBOS, QUE DECORRE DAS ATUALIZAÇÕES DAS REMUNERAÇÕES QUE SE VERIFICARÃO EM 2025 FRUTO DE PROGRESSÃO DOS TRABALHADORES DOS SAS.IPT DECORRENTES DO CICLO DE AVALIAÇÃO DO SIADAP QUE TERMINARÁ EM DEZEMBRO DE 2024.

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2025

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

MAPA OP-01

DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 09 - EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO
Secretaria: 1 - MECI - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 03 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS DE APOIO
Divisão: 78 - SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

PROG	MED	CLASS. ECONÓMICA	RECEITA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL RECEITAS (EM EUROS)
				RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
010			CIÊNCIA E INOVAÇÃO									
	019		EDUCAÇÃO - SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO									
		04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:									
		04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:									
		04.02.01	JUROS DE MORA									
		04.02.01.01	JUROS DE MORA									
		04.02.01.01.78	REC. PRÓPRIAS - JUROS DE MORA		120							120
			Total do capítulo		**120**							**120**
		06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:									
		06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:									
		06.03.01	ESTADO									
		06.03.01.99	ESTADO/OUTRAS									
		06.03.01.99.99	REC. IMPOSTOS -OUTRAS/ESTADO/ADM. CENTRAL	325 666								325 666
		06.03.07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS									
		06.03.07.01	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS									
		06.03.07.01.99	REC. IMPOSTOS - ADMINIST. CENTRAL-SFA			80 000						80 000
			Total do capítulo	**325 666**		**80 000**						**405 666**
		07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:									
		07.02	SERVIÇOS:									
		07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS									
		07.02.01.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS									
		07.02.01.01.78	REC. PRÓPRIAS - ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAM.		16 792							16 792
		07.02.07	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO									
		07.02.07.01	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO									
		07.02.07.01.78	REC. PRÓPRIAS -ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO		372 714							372 714
		07.02.99	OUTROS									
		07.02.99.99	OUTROS/OUTROS SERVIÇOS									
		07.02.99.99.78	REC. PRÓPRIAS - OUTROS/ OUTROS SERVIÇOS		2 750							2 750
			Total do capítulo		**392 256**							**392 256**
		08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES:									
		08.01	OUTRAS:									
		08.01.99	OUTRAS									
		08.01.99.99	OUTRAS/OUTRAS RECEITAS CORRENTES									
		08.01.99.99.78	REC. PRÓPRIAS - OUTRAS/OUT REC CORRENTES		100							100
			Total do capítulo		**100**							**100**
			Total da medida	**325 666**	**392 476**	**80 000**						**798 142**
			Total do programa	**325 666**	**392 476**	**80 000**						**798 142**
			Total das Atividades	**325 666**	**392 476**	**80 000**						**798 142**
			Total do organismo	**325 666**	**392 476**	**80 000**						**798 142**

2024-08-09

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2025

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

MAPA OP-01

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 09 - EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO
Secretaria: 1 - MECI - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 03 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS DE APOIO
Divisão: 78 - SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL DESPESAS (EM EUROS)
					RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
010				CIÊNCIA E INOVAÇÃO									
	019			EDUCAÇÃO - SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO									
			01	DESPESAS COM O PESSOAL									
			01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES									
			01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PUBLICA									
		0960	01.01.03.A0	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PUBLICA - PESSOAL EM FUNÇÕE	185 033								185 033
			01.01.03.B0	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PUBLICA - ALTERAÇÕES OBRIGAT	12 163								12 163
			01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO									
			01.01.06.A0	PESSOAL CONTRATADO A TERMO - PESSOAL EM FUNÇÕES	9 862								9 862
			01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO									
			01.01.13.A0	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO - PESSOAL EM FUNÇÕES	25 344								25 344
			01.01.14	SUBSIDIO DE FERIAS E DE NATAL									
			01.01.14.SF	SUBSIDIO FERIAS									
			01.01.14.SF.A0	SUBSIDIO DE FÉRIAS - PESSOAL EM FUNÇÕES	16 242								16 242
			01.01.14.SF.B0	SUBSIDIO DE FÉRIAS - ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMU	915								915
			01.01.14.SN	SUBSIDIO NATAL									
			01.01.14.SN.A0	SUBSIDIO DE NATAL - PESSOAL EM FUNÇÕES	16 242								16 242
			01.01.14.SN.B0	SUBSIDIO DE NATAL - ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUN	915								915
			01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS									
			01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	3 458								3 458
			01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	233								233
			01.02.05	ABONO P/ FALHAS	239								239
			01.02.11	SUBSIDIO DE TURNO	4 932								4 932
			01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS									
			01.02.13.PD	PREMIOS DE DESEMPENHO		1 000							1 000
			01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	802								802
			01.03	SEGURANÇA SOCIAL									
			01.03.03	SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	864								864
			01.03.05	CONTRIBUIÇÕES P/ A SEGURANÇA SOCIAL									
			01.03.05.A0	CONTRIBUICOES PARA A SEGURANCA SOCIAL									
			01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTACOES	1 004	10 005							11 009
			01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL	45 176								45 176
			01.03.05.B0	ESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PUBLICA - ALTERAÇÕES OBRIGATO	2 242	1 082							3 324
				Total do agrupamento	**325 666**	**12 087**							**337 753**
			02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES									
			02.01	AQUISIÇÃO DE BENS									
			02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		8 000	45 000						53 000
			02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		6 000							6 000
			02.01.05	ALIMENTACAO-REFEICOES CONFECCIONADAS		153 963							153 963
			02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		500							500
			02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO									
			02.01.08.A0	PAPEL		350							350
			02.01.08.B0	CONSUMIVEIS DE IMPRESSAO		300							300
			02.01.08.C0	OUTROS		600							600
			02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLINICO		300							300
			02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO		1 500							1 500
			02.01.14	OUTRO MATERIAL-PECAS		200							200

2024-08-09

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2025

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 09 - EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO
Secretaria: 1 - MECI - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 03 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS DE APOIO
Divisão: 78 - SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL DESPESAS (EM EUROS)
					RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
010				CIÊNCIA E INOVAÇÃO									
	019			EDUCAÇÃO - SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO									
			02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		100							100
			02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		300							300
			02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100							100
			02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		50							50
			02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1 200							1 200
			02.01.21	OUTROS BENS		10 692							10 692
			02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS									
			02.02.01	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES									
			02.02.01.A0	AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇAO ADMINISTRATIVA, I.P.			35 000						35 000
			02.02.01.B0	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES		7 219							7 219
			02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		6 000							6 000
			02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		16 000							16 000
			02.02.09	COMUNICAÇÕES									
			02.02.09.F0	OUTROS SERVICOS DE COMUNICACOES		1 525							1 525
			02.02.10	TRANSPORTES		6 000							6 000
			02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		50							50
			02.02.12	SEGUROS									
			02.02.12.B0	OUTRAS		1 000							1 000
			02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		3 000							3 000
			02.02.15	FORMAÇÃO									
			02.02.15.B0	OUTRAS		500							500
			02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		100							100
			02.02.17	PUBLICIDADE									
			02.02.17.C0	OUTRA		1 000							1 000
			02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		4 800							4 800
			02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA									
			02.02.19.C0	OUTROS		10 000							10 000
			02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS									
			02.02.20.E0	OUTROS		14 500							14 500
			02.02.22	SERVIÇOS DE SAUDE									
			02.02.22.A0	MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNOSTICO		200							200
			02.02.25	OUTROS SERVIÇOS									
			02.02.25.A0	OUTROS SERVIÇOS		58 500							58 500
				Total do agrupamento		**314 549**	**80 000**						**394 549**
			04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
			04.08	FAMÍLIAS									
			04.08.02	OUTRAS									
			04.08.02.B0	OUTRAS		17 150							17 150
				Total do agrupamento		**17 150**							**17 150**
			06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
			06.02	DIVERSAS									
			06.02.03	OUTRAS									
			06.02.03.C0	OUTRAS		3 000							3 000
				Total do agrupamento		**3 000**							**3 000**

2024-08-09

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2025

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 09 - EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO
Secretaria: 1 - MECI - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 03 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS DE APOIO
Divisão: 78 - SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL DESPESAS (EM EUROS)
					RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
010				CIÊNCIA E INOVAÇÃO									
	019			EDUCAÇÃO - SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO									
			07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL									
			07.01	INVESTIMENTOS									
			07.01.03	EDIFÍCIOS									
			07.01.03.B0	ADMINISTRACAO CENTRAL - SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			07.01.03.B0.B0	CONSERVACAO OU REPARACAO		33 000							33 000
			07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA									
			07.01.07.B0	ADMINISTRACAO CENTRAL - SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			07.01.07.B0.C0	OUTROS		1 800							1 800
			07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO									
			07.01.09.B0	ADMINISTRACAO CENTRAL - SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			07.01.09.B0.B0	OUTROS		4 320							4 320
			07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO									
			07.01.10.B0	ADMINISTRACAO CENTRAL - SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			07.01.10.B0.B0	OUTROS		6 000							6 000
			07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		570							570
				Total do agrupamento		**45 690**							**45 690**
				Total da medida	**325 666**	**392 476**	**80 000**						**798 142**
				Total do programa	**325 666**	**392 476**	**80 000**						**798 142**
				Total das Atividades	**325 666**	**392 476**	**80 000**						**798 142**
				Total do organismo	**325 666**	**392 476**	**80 000**						**798 142**
				Total do ministério - receita	**325 666**	**392 476**	**80 000**						**798 142**
				Total do ministério - despesa	**325 666**	**392 476**	**80 000**						**798 142**

2024-08-09

Assinado por: **João Paulo Pereira de Freitas Coroado**
Num. de Identificação: 06571871
Data: 2024.08.08 09:46:15+01'00'

MAPA DE PESSOAL NÃO DOCENTE 2025

INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Unidade Funcional		Atribuições/Competências /Actividades	Cargos/carreiras/categorias: Cargos Dirigenteside Gestão: Director-Geral (ou equiparado)	Subdirector-Geral (ou equiparado)	Director de serviços (ou equiparado)	Chefe de divisão (ou equiparado)	Carreiras e categorias do regime geral: Técnico superior	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional	Assistente operacional	Carreira Especial de Informática: Especialista de informática	Técnico de informática	Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	OBS
Administração				1	1		1								3	
Serviços Centrais	BUN - Balcão Unico (Student Point Of Contact)	Assessoria e Coordenação					1								1	
		Assessoria Técnica					2								2	
		Apoio técnico-administrativo						1							1	
	AEG - Assuntos Gerais e de Expediente	Assessoria Técnica					1								1	
		Apoio técnico-administrativo						1							1	
		Apoio operacional									8				8	
	Divisão de Serviços Financeiros e Patrimoniais	Direcção e Coordenação				1									1	
	secção de Contabilidade	Assessoria Técnica					4								4	
		Apoio técnico-administrativo						2							2	
	secção de Tesouraria	Assessoria Técnica													0	
		Apoio técnico-administrativo						3							3	
	secção de Aprovisionamento e Economato	Assessoria Técnica					2								2	
		Apoio técnico-administrativo						2			1				3	
	secção de Controle Financeiro	Assessoria Técnica					3								3	
		Apoio técnico-administrativo													0	
	Divisão de Serviços Académicos de Serviços Académicos	Direcção e Coordenação				1									1	
		Assessoria Técnica					2								2	
		Apoio técnico-administrativo						3							3	
	Divisão de Recursos Humanos	Direcção e Coordenação				1									1	
		Assessoria Técnica					4								4	
		Apoio técnico-administrativo						5							5	
	GJU - Gabinete Jurídico	Assessoria Técnica					2								2	
	GRI - Gabinete de Relações Internacionais	Assessoria e Coordenação					1								1	
		Assessoria Técnica					1				1				2	
	GCR - Gabinete de Comunicação e Relações Públicas	Assessoria e Coordenação					1								1	
		Assessoria Técnica					2								2	
		Apoio técnico-administrativo						2			1				3	
	GQS- Gabinete de Qualidade e Sustentabilidade	Assessoria Técnica					1								1	
		Apoio técnico-administrativo					1	1							2	
	SOM - Serviços Operacionais e Manutenção	Assessoria Técnica					1								1	
		Apoio operacional									16				16	
	GT - Gabinete de Tradução	Assessoria Técnica					1								1	
Serviços Especializados	CIS - Centro de Informática e Sistemas	Assessoria e Coordenação				1						1			2	
		Apoio Técnico										2	5		7	
		Apoio técnico-administrativo						1							1	
	CAB - Centro de Arquivo e Bibliotecas	Assessoria e Coordenação					1								1	
		Apoio técnico-administrativo						4							4	
	GTP - Gabinete Técnico e Planeamento	Assessoria Técnica					5								5	
	CEF - Centro de Estudos de Fotografia de Tomar	Apoio técnico-administrativo						2							2	
	LAB.ipt	Assessoria Técnica					7								7	
		Apoio Técnico-administrativo e operacional						4			2				6	
Unidades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e Artístico	GAII- Gabinete de Apoio a Investigação e Inovação	Assessoria Técnica					2								2	
Unidades Orgânicas/Escolas	ESTT SEC-Secretariado Direção	Apoio técnico-administrativo						1							1	
	ESTT SAP - Serviços de Apoio e Secretariado	Apoio técnico-administrativo					1	2							3	
	ESGT SEC-Secretariado Direção	Apoio técnico-administrativo					1								1	
	ESGT SAP - Serviços de Apoio e Secretariado	Apoio técnico-administrativo					1	2							3	
	ESTA SEC-Secretariado Direção	Apoio técnico-administrativo					1								1	
	ESTA SAP - Serviços de Apoio e Secretariado	Assessoria Técnica					1								1	
		Apoio Técnico-administrativo e operacional					1	4			3				8	
		SubTotal	0	1	1	4	52	40	0	0	32	3	5		138	

INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

MAPA DE PESSOAL NÃO DOCENTE 2025

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Unidade Funcional		Atribuições/Competências /Actividades	Cargos/carreiras/categorias: Cargos Dirigenteside Gestão: Director-Geral (ou equiparado)	Subdirector-Geral (ou equiparado)	Director de serviços (ou equiparado)	Chefe de divisão (ou equiparado)	Carreiras e categorias do regime geral: Técnico superior	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional	Assistente operacional	Carreira Especial de Informática: Especialista de informática	Técnico de informática	Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	OBS
Administração															0	
Serviços de Ação Social	Apoio Técnico-administrativo e de Secretariado à Administração							2							2	
	Sector de Bolsas de Estudo e outros apoios sociais	Assessoria Técnica					1								1	
	Sector de Alojamento	Conservação e limpeza instalações									7				7	
		Vigilância de instalações									2				2	
		Conservação de equipamentos									2				2	
	Sector de Alimentação	Assessoria Técnica					1								1	
	Apoio Instalações Desportivas	Conservação e limpeza													0	
	Apoio Operacional	Apoio administrativo									1				1	
		SubTotal SAS-IPT	0	0	0	0	2	2	0	0	12	0	0		16	
		TOTAL IPT + SAS-IPT	0	1	1	4	54	42	0	0	44	3	5		154	

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS PARA EFEITOS DA CIRCULAR SÉRIE A N.º 1410 — INSTRUÇÕES PARA PREPARAÇÃO DO OE/2025

Introdução

Nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 28º da Lei 3/2004, de 15 de janeiro, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional dos **SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR** (a Entidade) relativos ao período de 2025, que compreendem o Orçamento de Despesa para 2025, o Orçamento de Receita para 2025, o Balanço Previsional para 2025, a Demonstração de Resultados por Naturezas Previsional para 2025 e a Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional para 2025, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos na Memória Justificativa do OE/2025, nos Mapas de Pessoal e respetiva Fundamentação do Orçamento de Despesa com Pessoal, no Orçamento no âmbito da política climática e na descrição das Iniciativas promotoras da eficiência e da eficácia da despesa pública em 2025.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei 3/2004, de 15 de janeiro.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Análise

De acordo com o ponto 93 da circular Série A N.º 1410 da Direção-Geral do Orçamento (DGO) (adiante designada por CA 1410) as entidades devem proceder ao envio de elementos relativos ao orçamento das intervenções que contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030 da ONU).

A Entidade apresentou intervenções que procuram atingir dois objetivos do desenvolvimento sustentável, nomeadamente o ODS 4 - Educação de qualidade (Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos) e o ODS 13 - Ação climática (Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos).

No caso do ODS 4 foram definidas duas metas, nomeadamente o assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e terciária, incluindo a universidade, com qualidade e a preços acessíveis (com um orçamento proposto de 337.753€) e o aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo (com um orçamento proposto de 447.380€).

No caso do ODS 13 uma meta, melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas (com um orçamento proposto de 10.000€).

Não foi dada uma justificação factual e concreta para o cálculo dos valores dos orçamentos propostos por cada meta. No entanto, foi cumprida formalmente a exigência do ponto 93 da CA 1410.

Do orçamento para 2025 da Entidade, nada consta no que respeita a esforços relativos à incorporação da perspetiva de género prevista no ponto 95 da CA 1410.

De acordo com a proposta de orçamento da Entidade para 2025 existe equilíbrio orçamental, uma vez que o total da receita é igual ao total da despesa, no valor de 798.142€ (aumento de 11% face ao orçamento homólogo do ano de 2024 e, face ao de 2023, uma diminuição de 4% do lado da receita e um aumento de 7% do lado da despesa).

Este equilíbrio mantém-se do lado da despesa e da receita ao nível das fontes de financiamento, com as receitas de impostos a representarem 41% (325.666€) e as receitas próprias 49% (392.476€) do total do orçamento para 2025. A complementar o orçamento prevê-se 80.000€ (10%) relativos a transferências no âmbito das AP.

Deste modo, no orçamento proposto pela Entidade o total das previsões de receitas próprias é igual ao total das despesas cobertas por esse tipo de receitas. O total das previsões de receita efetiva é também igual ao total das dotações de despesa efetiva, não tendo sido utilizados quaisquer saldos de gerência, cumprindo-se assim as orientações do ponto 10 do capítulo III da CA 1410.

Por força do número 27 do capítulo VI da CA 1408 a Entidade encontra-se excecionada da aplicação da reserva prevista nos números 22 a 26 do mesmo ponto.

O total da receita atinge 798.142€, ou seja, um aumento de 82.107€ (11%) face ao orçamentado para 2024, mas uma diminuição de 36.513€ (-4%) face a 2023.

A receita encontra-se desagregada em quatro verbas, nomeadamente as transferências (405.666€), as vendas de bens e serviços (392.256€), as taxas, multas e outras penalidades (120€) e as outras receitas (100€).

No que respeita às transferências projeta-se um aumento residual de 975€ (0%) face ao orçamentado para 2024 e de 22.245€ (6%) em relação a 2023.

Uma parte desta rubrica corresponde ao montante parcial de 325.366€ retirados da dotação global atribuída pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (M.C.T.E.S.) ao INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR (IPT) para 2024, o qual foi decidido afetar à Entidade, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei N.º 129/93, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 113/97 de 16 de setembro e 62/2007 de 10 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 204/2009 de 31 de agosto. Tal representa um aumento do ponto de vista percentual de 1,87% face a 2024 e em linha com o aumento da dotação global atribuída ao IPT, que por sua vez ainda transfere 80.000€ proveniente da receita de propinas afeta à ação social, nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 129/93 de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 113/97 de 16 de setembro e 62/2007 de 10 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 204/2009 de 31 de agosto. Este último valor representa uma diminuição de 5.000€ (5,9%) e visa compensar encargos da Entidade com o seu pessoal parcialmente afeto a tarefas e atividades próprias do IPT.

O ponto 57 da CA 1410 determina que é importante incluir uma explicação detalhada assente nos fatores de mercado ou incremento dos controlos internos que o justificam, quando da evolução esperada resultar um valor de receita superior a 5% face ao valor cobrado em 2023. Tal é algo que ocorre nesta rubrica, tendo a Entidade explicado na memória justificativa a composição e a evolução do valor.

No que respeita às vendas de bens e serviços prevê-se um aumento de 81.132€ (26%) face ao orçamentado para 2024 e de 2.588€ (1%) em relação a 2023.

Esta verba correspondente a um montante de receita predominantemente proveniente das comparticipações dos estudantes no custo das refeições fornecidas nos refeitórios da Entidade, no alojamento nas residências de estudantes e das contrapartidas financeiras pela cedência de exploração de bares, snack-bares, serviços de fotocópias e papelaria, exploração de máquinas de *vending* e pela utilização das instalações desportivas do campus do IPT, nos termos do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 113/97, de 16 de setembro e 62/2007, de10 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 204/2009, de 31 de agosto.

A receita apresenta ainda duas rubricas sem expressão: as taxas, multas e outras penalidades e as outras receitas, sem variações face ao período anterior.

O total da despesa atinge 798.142€, ou seja, um aumento de 82.107€ (11%) face ao orçamentado para 2024 e de 54.946€ (7%) face a 2023.

A despesa encontra-se desagregada em cinco rubricas principais, nomeadamente as despesas com o pessoal (337.753€), aquisição de bens e serviços (394.549€), investimento (45.690€), transferências (17.150€) e outras despesas (3.000€).

A rubrica de despesas com o pessoal sofreu uma diminuição de -9.825€ (-3%) face ao orçamentado para 2024, mas um aumento de 2.523€ (1%) face a 2023.

Estas despesas consomem integralmente as receitas de impostos (no valor de 325.666€), cumprindo o estipulado no ponto 16 da CA 1410, valor considerado como necessário para assegurar o pagamento da maior parte das despesas com remunerações certas e permanentes, abonos variáveis e eventuais e encargos com a segurança social, do pessoal previsto para exercer funções em 2025. No entanto, são ainda necessários 12.087€ de receitas próprias correspondente ao valor de despesa com encargos da segurança social (CGA) não cobertas pela dotação anterior e um valor residual para atribuição de prémio de desempenho decorrente do ciclo de avaliação do SIADAP que terminará em dezembro de 2024.

A diminuição da despesa com o pessoal é justificada pelo facto de uma trabalhadora da carreira de assistente técnica e categoria de coordenadora técnica, ser transferida para os Serviços Centrais do IPT a partir de janeiro de 2025, ultrapassando esta redução as atualizações de posicionamento remuneratório decorrentes do ciclo de avaliação do SIADAP que terminará em dezembro de 2024.

O total da despesa orçamentada no Anexo II - Fundamentação do Orçamento de despesas com pessoal corresponde à despesa orçamentada no agrupamento da classificação económica 01- "Despesas com Pessoal".

Como referido no orçamento para 2025, a Entidade prevê a redução de 1 efetivo face ao estimado para dezembro de 2024. Considerando esta redução o peso das despesas com pessoal na despesa efetiva total reduz nesta previsão para 2025 (de 49% para 42%), mas aumenta quer a despesa com pessoal média por pessoa, quer a remuneração média.

No que respeita à aquisição de bens e serviços o valor orçamentado para 2025 sofre um aumento de 85.692€ (28%) face ao orçamentado para 2024 e de 55.535€ (16%) face a 2023.

Estas verbas destinam-se ao pagamento de despesas inerentes ao normal e regular funcionamento da Entidade e, em grande parte, das residências de estudantes e das unidades alimentares da Entidade e o aumento previsto reflete a resposta a dar face à expectável muito maior procura dos serviços sociais prestados.

Chama-se a atenção para o facto de uma rubrica residual de despesa (02.02.25) apresentar um valor na proposta de orçamento superior a 10% do valor da dotação global do agrupamento (02.02), ficando ao abrigo do estipulado no ponto 21 da CA 1410. Tal ocorre porque, considerando que a oferta de alojamento disponível nas residências de estudantes não é suficiente para a procura (à semelhança do que já ocorreu em 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024), se prevê a necessidade assegurar o fornecimento de serviços de alojamento por parte de entidades externas, no quadro do plano de intervenção para a requalificação e construção de residências previsto na Lei n.º 36/2018, de 24 de julho e aprovado pelo Decreto-Lei n.º 30/2019, de 26 de fevereiro. Ora esta contratação em causa, geradora de uma despesa anual de 52.500€, não é classificável em qualquer outra rubrica de despesa do agrupamento.

No que respeita ao investimento projeta-se um aumento de 3.590€ (9%) relativamente ao valor do orçamento de 2024 e de 15.121€ (49%) face a 2023.

O investimento projetado destina-se a investimentos inerentes à aquisição de equipamento informático, software, assim como de outro equipamento administrativo e básico, que se vá tornando indispensável à prossecução das atribuições da Entidade. Segundo a Entidade, a dotação proposta só não é superior por força do cumprimento do equilíbrio orçamental, não correspondendo, assim, às necessidades decorrentes do envelhecimento das instalações e equipamentos. Este envelhecimento poderá justificar a necessidade imperiosa de assegurar reparações e substituições, em ordem a garantir as condições mínimas em matéria de apoios sociais diretos e indiretos aos

estudantes do IPT. Deste modo, poderá ser de esperar a necessidade de reforço orçamental neste agrupamento de despesa no decorrer da execução orçamental.

No que respeita às transferências prevê-se um aumento de 2.650€ (18%) face ao orçamentado em 2024 e um aumento de 12.933€ (307%) face a 2023.

Estas verbas destinam-se a transferências para bolsas no âmbito de programas do IEFP (contratos emprego inserção), bem como a bolsas de estudante/colaborador a atribuir no âmbito de regulamentação aprovada pelo conselho de ação social do IPT, ambas com o objetivo de suprir necessidades de colaboração em tarefas e trabalhos indiferenciados, de caráter não permanente.

Finalmente, no que respeita às outras despesas prevê-se um valor igual ao previsto em 2024 e uma redução de 166€ (-5%) face a 2023. Este valor é residual no contexto orçamental.

Conclui-se pela leitura das projeções e é reforçado pela própria Entidade no ponto V do ANEXO IX Memória justificativa do OE/2025 que a proposta apresenta um saldo global nulo, por ser o único compatível com a conjuntura orçamental que se perspetiva para 2025 e por força do necessário cumprimento do equilíbrio orçamental. Porém, este saldo entre receitas e despesas é meramente formal e não refletirá a realidade no que toca às necessidades de financiamento, uma vez que as despesas que, na realidade, serão previsivelmente necessárias assegurar serão superiores às receitas previstas na proposta de orçamento, podendo, portanto, justificar-se a necessidade de reforço orçamental da receita.

O Balanço Previsional em 31 de dezembro de 2025 apresenta um ativo de 1.404.435€ e um passivo de 74.418€, resultando num património líquido de 1.330.018€, o que, comparando com o valor da rubrica de capital de 447.006€, revela um significativo acréscimo acumulado reconhecido maioritariamente nos resultados transitados e nas outras variações no património líquido, estas últimas, subsídios contabilizados no património líquido de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites. É estimado um resultado líquido positivo para 2025 de 24 709,36€.

Prevê-se que o ativo sofra um decréscimo de 14% face ao projetado para o final de 2024, sendo a maior variação, em valor, relativa ao ativo não corrente (rubrica de ativos fixos tangíveis), justificando praticamente toda a variação.

Projeta-se que o passivo sofra um decréscimo de 35% fruto da redução das outras contas a pagar que justifica também praticamente a totalidade da variação.

No caso do património líquido prevê-se um decréscimo de 12%.

A explicação do resultado líquido previsto para 2025 é encontrada na demonstração dos resultados previsional. Nesta, constata-se que aos rendimentos aí inscritos são sensivelmente idênticos à receita prevista, com exceção da reciclagem dos subsídios ao investimento reconhecida em outros rendimentos e ganhos, informação que poderá denotar alguma fragilidade tanto mais que existem variações nas necessidades em fundo de maneio.

Os gastos com pessoal previstos são sensivelmente idênticos à despesa com pessoal prevista para 2025, embora com um desfasamento de 42 mil euros, o que indicia, desde logo, a variação das responsabilidades futuras. Ora, tal ocorre, mesmo com reduções no quadro de pessoal, todavia com um aumento nas remunerações.

O risco de inconsistência também pode ocorrer no que respeita aos custos de estrutura eminentemente desembolsáveis, nomeadamente fornecimentos e serviços externos que ascendem a 349 mil euros, não ficando evidente como é que a despesa com a aquisição de bens e serviços pode assim projetar-se em cerca de 394 mil euros.

O EBITDA é positivo em 71.209€ e o EBIT apenas em 26.862€, por força dos gastos de depreciação e amortização no valor de 44.346€, os quais não são desembolsáveis. No entanto, também aqui não resulta claro como é que a variação prevista no valor líquido dos ativos fixos tangíveis entre 2024 e 2025 é negativa em 235 mil euros, se a redução proveniente das depreciações ascende apenas a 44 mil euros e o investimento previsto é de cerca de 46 mil euros.

Conclusão e opinião

Para além das limitações e considerações indicadas nos parágrafos de análise acima, baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP).

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Chamamos a atenção para o facto do saldo global nulo apresentado na proposta de orçamento ser meramente formal, apenas obrigatório no que respeita ao cumprimento do equilíbrio orçamental, mas não refletirá a realidade no que toca às necessidades de financiamento, uma vez que as despesas que, na realidade, serão necessárias assegurar, previsivelmente serão superiores às receitas previstas na proposta de orçamento, podendo, portanto, justificar a necessidade de um reforço orçamental da receita.

Chamamos ainda a atenção para o facto de poderem existir eventuais inconsistências nas relações entre as várias peças contabilísticas, que resultam da reconciliação entre as perspetivas económica (patrimonial) e financeira (orçamental), conforme descrito nos parágrafos relativos à análise acima, nomeadamente nos pontos relativos ao Balanço e à Demonstração de Resultados Previsional.

Chamamos finalmente a atenção para a reserva expressa na nossa Certificação Legal das Contas relativa a 2023, cujo impacto potencial deverá ser considerado na análise e conclusões às demonstrações financeiras previsionais agora emitidas.

Lisboa, 09 de agosto de 2024

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Número de registo na CMVM: 20161505
Número de registo na OROC: 209
Representada por

Luís Baptista

Número de registo na CMVM: 20160809
Número de registo na OROC: 1198

ANEXO I

Ao Conselho Geral do Instituto Politécnico de Tomar

Documento de trabalho no âmbito da elaboração do Plano Estratégico de Longo Prazo (10 anos) do Instituto Politécnico de Tomar

A informação coligida é baseada em documentos em vigor, como os Estatutos do Politécnico de Tomar, o Plano de Ação da atual Presidência e também a proposta de estudo apresentada pelo Professor Sérgio Nunes. Os pontos a abordar são a "Missão", a "Visão", os "Pontos Fortes e Pontos Fracos", as "Ameaças e Oportunidades".

No final do documento encontram-se propostas de redação para a "Visão" assim como os textos de "Reflexão do posicionamento nacional e internacional do IPT" publicado no plano de Ação em vigor.

1. **Reunião 1: Missão e Visão**

Em conformidade com os Estatutos do IPT em vigor a Missão é definida no seu Artigo 3º da seguinte forma:

Missão
1 – O IPT é uma instituição de ensino superior politécnico, no espaço europeu do ensino superior, dotada de valências nas áreas das ciências, tecnologias, artes e humanidades, que, desde a sua génese, concorrem complementarmente para a superior formação dos seus estudantes, produzindo conhecimento útil, capacidades, competências e aptidões, preparando-os para o mercado de trabalho e para o exercício de uma cidadania ativa numa sociedade democrática.

2 - O Instituto Politécnico de Tomar assume ainda como sua missão: a expansão do acesso ao saber em benefício das pessoas e da sociedade, através da investigação, do ensino e da cooperação, num projeto de formação global do indivíduo; ser actor na construção de um espaço europeu de investigação e educação, e de um modelo de desenvolvimento regional assente na criação, inovação e valorização do conhecimento científico e tecnológico.

3 – No âmbito do cumprimento da sua missão o IPT:

a) Valoriza a atividade dos seus investigadores, docentes e funcionários, estimula a formação intelectual e profissional dos seus estudantes e assegura as condições para que todos os cidadãos devidamente habilitados possam ter acesso ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida;
b) Promove a mobilidade efetiva de estudantes e diplomados, tanto a nível nacional como internacional, designadamente no espaço europeu de ensino superior e na comunidade de países de língua portuguesa;
c) Participa em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimento, assim como de valorização económica do conhecimento científico;
d) Contribui para a compreensão pública das humanidades, das artes, da ciência e da tecnologia, promovendo e organizando ações de apoio à difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica, e disponibilizando os recursos necessários a esses fins.

2. Visão

A visão enunciada no plano de ação do IPT em vigor é a seguinte:

Visão

Um IPT comprometido em oferecer valor confiável em benefício da sociedade, num ambiente criativo, participativo e inclusivo, sustentado em investigação aplicada, desenvolvimento e inovação, com os mais elevados padrões académicos e éticos.

A Visão proposta no estudo efetuado pelo Professor Sérgio Nunes para o Plano Estratégico do IPT é a seguinte:

A Visão

O Instituto Politécnico de Tomar tem como visão tornar-se, numa década, numa Universidade Politécnica viável, sustentável e competitiva com capacidade de conferir autonomamente todos os graus académicos previstos na lei.

Proposta para o Documento estratégico de longo prazo (10 anos):

Visão

O Instituto Politécnico de Tomar tem como visão tornar-se numa Universidade Politécnica viável, sustentável e competitiva, comprometida em oferecer valor confiável em benefício da sociedade, sustentada em investigação aplicada, desenvolvimento e inovação, com os mais elevados padrões académicos e éticos, num ambiente criativo, participativo e inclusivo.

3. **Reunião 2:** Discussão dos Pontos Fracos e dos Pontos fortes do IPT:

Pontos Fortes e Pontos Fracos

Texto extraído do documento de trabalho da proposta de Estatutos elaborado pelo Prof. Sérgio Nunes

Os Pontos Fortes

1. Uma estrutura estatutária ágil e flexível que permite responder rapidamente aos desafios com que uma IES se confronta numa sociedade marcada por elevados níveis de incerteza estrutural que se reflete, por exemplo, na integração do IPT em diversas redes nacionais e internacionais ou na celeridade com que o IPT se integra e ajuda a definir projetos de atração empresarial;
2. Recuperação financeira materializada nos principais indicadores de viabilidade da instituição, permitindo que o IPT registe atualmente uma situação de equilíbrio financeiro;
3. Um sistema interno de garantia da qualidade em processo de consolidação e sustentabilidade, que em breve permitirá a monitorização dos processos e consequentemente a obtenção de informação útil para a tomada de decisões de gestão;
4. Existência de projetos ligados à sustentabilidade ambiental com resultados na otimização da gestão de alguns recursos;
5. O IPT tem vindo a construir uma imagem institucional que ajuda à afirmação reputacional da instituição. A presença do IPT na região tem dois efeitos inequívocos nesta matéria. Por um lado, a existência do IPT consubstancia uma função central muito especializada que permite a existência e consolidação de outras funções centrais. É particularmente relevante a presença de uma função com este nível de especialização num território com muitas debilidades, nomeadamente em termos demográficos e de criação de novas dinâmicas económicas. Por outro lado, existe atualmente um conjunto de iniciativas empresariais que não se localizariam em Tomar sem a presença do IPT. Esta dimensão é relevante não apenas pelos seus efeitos multiplicadores na região (emprego, rendimento, investimento, exportações, fixação da população, atração de novas empresas), mas também porque permite à região atenuar a excessiva especialização em turismo e serviços pouco qualificados;
6. Avanços significativos no potencial científico do IPT, através do reconhecimento e do financiamento de três unidades de investigação pela parte da FCT. Esta dimensão tem permitido também uma maior

participação em projetos financiados que contribuem fortemente para a diminuição da elevada dependência financeira do Orçamento de Estado.

7. A existência de uma área científica diferenciada nacionalmente no cruzamento das artes, imagem e património (cTeSP, licenciaturas, mestrados, doutoramentos e investigação associada).

Os Pontos Fracos (Weaknesses)

1. O corpo docente do IPT, que se encontra num processo de envelhecimento muito acentuado, apresenta níveis elevados de rigidez para produzir novas ofertas formativas e aumentar a qualidade da oferta existente. Adicionalmente, apresenta, na sua generalidade, uma reduzida relação com o tecido económico, social e empresarial, quer da região quer do país. Este aspeto tem diversas consequências, uma das mais importantes é a falta de capacidade para se desenharem projetos de ensino-aprendizagem com a comunidade.

2. Falta de atratividade de algumas áreas da rede formativa do IPT. Este facto traduz-se numa insuficiência estrutural da procura para satisfazer os limiares mínimos de viabilidade do IPT, através de níveis reduzidos de ocupação da generalidade da sua oferta formativa. Adicionalmente, o perfil da rede formativa do IPT não integra oferta formativa numa dimensão estrutural para a viabilidade, sustentabilidade e competitividade da generalidade dos Institutos Politécnicos portugueses, a oferta formativa nas áreas SEDA (Saúde, Educação, Desporto e Agronomia).

3. Elevada taxa de abandono e uma reduzida taxa de retenção natural (taxa de ocupação de vaga). O IPT apresenta não apenas taxas de abandono muito elevadas, como também apresenta fragilidades na retenção de candidatos (colocados que não se matriculam) que já foi capaz de atrair.

4. A produção científica do corpo docente do IPT apresenta níveis reduzidos de viabilidade, sustentabilidade e de competitividade, medidos por critérios de mérito internacional. Adicionalmente, não existe um centro de investigação que integre as áreas científicas da Gestão e da Economia. Este aspeto colocará muitas dificuldades na acreditação futura de oferta formativa nessas áreas e da captação de recursos em projetos competitivos.

5. A área de influência – técnica, científica e territorial – no âmbito da prestação de serviços à comunidade é reduzida. Para além das questões financeiras, coloca-se uma insuficiente penetração territorial e uma consequente fragilização do efeito reputacional do IPT e dos seus recursos. Adicionalmente, a transferência de conhecimento para a comunidade apresenta fragilidades ao nível dos seus limiares mínimos e da sua

sustentabilidade, medida, por exemplo, pelos seus efeitos no acréscimo de viabilidade, sustentabilidade ou competitividade dos territórios (indivíduos, empresas, administrações públicas, ONG).

6. A generalidade das infraestruturas físicas do IPT apresenta um nível de manutenção e modernização reduzido, seja pela insuficiência de parceiros externos, seja pela escassez de recursos financeiros que lhe tem sido afetos nas últimas décadas.

7. Insuficiência de troca formal e informal de conhecimento entre toda a comunidade académica.

8. A lógica e os mecanismos de afetação do pessoal não docente (com níveis reduzidos de mobilidade interna) às necessidades da instituição não são claros e inequívocos. Neste sentido, há escassez de planeamento e de monitorização que permita gerir eficientemente o binómio recursos-necessidades existentes, identificar as necessidades futuras e proceder aos reajustamentos potenciadores de níveis mais elevados de eficácia-eficiência.

9. O sistema de avaliação do corpo docente não está alinhado com as dimensões estruturantes da viabilidade, da sustentabilidade e da competitividade de uma instituição de ensino superior do século XXI, uma vez que não valoriza devidamente a dimensão científica das atividades desenvolvidas pelos docentes. A principal consequência é que não sinaliza adequadamente as atividades que o corpo docente deve privilegiar, no sentido de serem cumpridos a missão, a visão e os objetivos do IPT.

10. O Conselho Geral do IPT tem demonstrado pouca dinâmica na construção de soluções de viabilidade, sustentabilidade e competitividade do IPT e, consequentemente, da região onde este se insere, nomeadamente na Escola Superior de Tecnologia de Abrantes.

11. Insuficiência de massa crítica para viabilizar escolhas científicas e pedagógicas em todas as escolas do IPT contribuindo-se, explicitamente, para situações de falta de diversidade e de consequente fechamento institucional (*lock-in*), com consequências negativas para a viabilidade da instituição.

12. O IPT tem uma elevada dependência dos recursos financeiros provenientes do Orçamento de Estado. Este facto fragiliza de forma muito acentuada a capacidade do IPT tomar decisões de médio e longo prazo, que possam contribuir efetivamente para a superação dos limiares de viabilidade e para se operarem transições de fase, quer para a sustentabilidade quer para a dimensão mais complexa de competitividade.

13. O IPT ainda não consolidou de forma suficiente a sua estratégia para internacionalização de forma que esta seja instrumental da missão e da visão da instituição. Este facto não favorece a racionalidade, coerência e

consistência das diversas iniciativas desenvolvidas neste domínio, não permitindo avaliar devidamente em que fase da matriz de valor se encontra esta dimensão. A internacionalização é uma dimensão fundamental da evolução da matriz de valor do IPT e não é possível avaliar o impacto atual da internacionalização nessa matriz.

14. O IPT não tem um "Plano de Comunicação e Promoção Institucional" que integre de forma racional, coerente e consistente as diversas iniciativas que tem vindo a desenvolver ao longo dos anos e que lhe permita articular-se com as principais opções estratégicas que deve ajudar a promover interna e externamente.

4. **Reunião 3:** Discussão das ameaças e das oportunidades do IPT.

Ameaças e Oportunidades

As Oportunidades

1. A diferença de remuneração entre indivíduos com formação superior e sem formação superior é das mais elevadas da europa. A formação superior é um ativo valioso no mercado de trabalho nacional e altamente diferenciador no internacional.
2. A disponibilidade de múltiplas fontes de financiamento nacional e comunitário até 2030;
3. O aprofundamento das relações entre uma sociedade com novas necessidades (envelhecimento ativo, acesso a condições de bem-estar, aprendizagem ao longo da vida) e uma economia demasiado fluída (economia transterritorial suportada por uma combinação desconhecida de necessidades e tecnologias digitais com necessidades e tecnologias tradicionais) favorece a criação de novas tipologias conhecimento e de oferta formativa das instituições, nomeadamente na confluência das artes, bem-estar e tecnologia;
4. Novo quadro legislativo de enquadramento das instituições de ensino superior em Portugal, nomeadamente quanto à possibilidade de autonomamente conferirem o grau de doutor e à mudança de denominação das instituições, isto é, a possibilidade de se adotar a designação de Universidades Politécnicas;
5. A afirmação reputacional do IPT na região, enquanto instituição que atrai dinâmicas empresariais, produz e transfere conhecimento para a sociedade, assim como constituindo-se como um parceiro viável e confiável na discussão e resolução de problemas regionais;
6. O esforço da região para se reindustrializar através do enraizamento territorial de múltiplas iniciativas empresariais em áreas estruturantes da economia e da sociedade (*smart-tech*, energia, saúde, mobilidade e logística).
7. Relações privilegiadas de Portugal com os PALOP devem ser aprofundadas no sentido de ajudarem a concretizar a missão e a visão do IPT.

As Ameaças (Threats)

1. Contexto de incerteza estrutural, nomeadamente de natureza geopolítica (guerra da Ucrânia, EUA-China), económica (redesenho da globalização, reindustrialização tecno-digital, menor disponibilidade de investimento

das famílias em formação e das empresas), ambiental (alterações climáticas, transição energética) e de saúde pública (pandemias e garantia de serviços mínimos a todos os cidadãos), que caracteriza os contextos de vida da população: condições de vida, ensino, aprendizagem e de trabalho;

2. A estrutura empresarial portuguesa e o perfil da estrutura económica correspondente – e das suas regiões menos competitivas –, limita a absorção de jovens com qualificação superior e desqualifica igualmente os seus mercados de trabalho e as remunerações dos mais qualificados;
3. O declínio demográfico estrutural da generalidade das regiões portuguesas (onde, por exemplo, apenas 25% da população residente tem idades até 24 anos), associado ao novo quadro jurídico de acesso ao ensino superior, traduz-se em consequências negativas para a formação da procura de ensino superior, para a oferta formativa do IPT e para a perda de centralidade do território do Médio Tejo (redução de funções especializadas e muito especializadas);
4. O nível reduzido de qualificação superior dos pais residentes na região do Médio Tejo tem impactos negativos na procura de ensino superior;
5. Insuficiente discussão e clarificação pública sobre o papel do ensino superior na sociedade moderna portuguesa, nomeadamente na sua dicotomia universidade-politécnico;
6. A NUT 3 do Médio Tejo não tem demonstrado capacidade de formular estratégias políticas coerentes de desenvolvimento regional, colocando dificuldades à interdependência de estratégias entre ciência, tecnologia, economia e desafios societais. Este é um aspeto que dificulta a articulação de atores e estratégias para minimizar um dos principais entraves de procura de ensino superior no país e na região: os elevados custos de localização e de contexto.
7. Os limiares mínimos – em termos de massa crítica regional – de atores, de recursos e essencialmente de coordenação de esforços estratégicos regionais são reduzidos. Adicionalmente, as relações entre o Tagus Valley e o IPT são pouco coerentes e consistentes, nomeadamente num necessário alinhamento estratégico e operacional na produção e transferência de conhecimento e em candidaturas conjuntas a projectos financiados em ambiente competitivo que permitam fortalecer a estrutura económica regional e os recursos de cada uma das instituições;
8. O processo de financiamento das IES está a ser revisto pela tutela, com previsíveis consequências negativas na viabilidade financeira das IES mais frágeis e periféricas.

5. Reflexão do posicionamento nacional e internacional do IPT

Texto que faz parte do Plano de Ação em vigor e que integra a análise "SWOT" ao IPT.

A reflexão que se segue e que sustenta as opções de gestão propostas no plano de ação para o quadriénio 2023-2027, resulta da análise de contexto e relevância que hoje o IPT apresenta enquanto instituição pública de ensino superior politécnico e o seu posicionamento no território e os constrangimentos geopolíticos e sociais que condicionam as nossas atividades. São consideradas as dinâmicas e as metas alcançadas pelo exercício implementado no período referente ao quadriénio que se iniciou a 14 de abril de 2019, e que estão plasmadas nos relatórios de atividades e contas de cada ano do quadriénio, os relatórios e estudos publicados referentes ao ensino superior em Portugal e no estrangeiro, a construção do Plano Estratégico para os próximos 10 anos que está a ser ultimada para ser presente ao Conselho Geral do IPT.

O ensino superior na Europa enfrenta um conjunto de riscos e oportunidades decorrentes das profundas alterações ocorridas, principalmente, ao longo da última década numa dinâmica exponencial iniciada em meados do século passado. Esta situação resulta das reações decorrentes do efeito da segunda grande guerra e da "evolução" dos contextos sociais, económicos e políticos nacionais e internacionais que, sustentados no investimento que tem sido aplicado na ciência e tecnologia e na democratização do Ensino Superior, induzem transformações estruturais profundas que se refletem, necessariamente, na qualidade e modo de vida atual.

Porém, existe um conjunto complexo de fatores a perturbar, com mais ou menos ênfase, as dinâmicas de desenvolvimento, que são tanto mais acentuadas quanto maior for o enfoque da análise e mais desviantes quanto maior for o peso dos fatores concorrentes. As diferenças entre uma análise comparada global e regional, assim como entre regiões, para determinados fatores, podem ser muito diferenciadas e até antagónicas. Assim a reflexão, sobre a relevância institucional e territorial do IPT, deve ser considerada em primeiro lugar no Médio Tejo, mas também integrada nas políticas, dinâmicas, ameaças e restrições nacionais e internacionais.

As ameaças que, com diferentes amplitudes condicionam a missão do IPT, têm sido fortemente influenciadas por efeitos globais, nomeadamente, geopolíticos que implicam sistemáticos redesenhos da globalização e da reindustrialização e consequente menor disponibilidade de investimento, cujo reflexo nas economias

dos estados é tanto mais acentuado quanto maiores são as suas debilidades. Para além disso os efeitos de natureza ambiental e de necessidade de uso de novas fontes de energia, assim como as preocupações inerentes à saúde pública, têm influência significativa na população, especialmente no ensino, aprendizagem, no trabalho e na qualidade de vida.

A penalizar estes contextos, temos as características da estrutura empresarial portuguesa e o perfil da estrutura económica correspondente, que se acentuam nas regiões menos competitivas. Estas, conjugadas com o declínio demográfico, o novo quadro jurídico de acesso ao ensino superior, com consequências negativas para a procura de ensino superior e com as dificuldades de absorção de jovens com qualificação superior os mercados de trabalho ficam desqualificados. Este enquadramento é notório no Médio Tejo, e reflete-se na perda de centralidade, considerando a redução de funções especializadas e muito especializadas. A reforçar este cenário, juntam-se o nível reduzido de qualificação superior e a falta de clarificação sobre o papel do ensino superior na sociedade moderna que se traduzem em elevados custos de contexto e localização. Apesar da diferença de remuneração entre indivíduos com formação superior e sem formação superior ser da mais elevadas da Europa.

Os limiares mínimos, em termos de massa crítica regional, de atores, de recursos e de coordenação de esforços estratégicos regionais são reduzidos e por vezes pouco coerentes e consistentes. O alinhamento estratégico e operacional na produção e transferência de conhecimento é importante, tal como candidaturas conjuntas a projetos financiados, em ambiente competitivo, que permitam fortalecer a estrutura económica regional e a coesão territorial.

As restrições orçamentais e o subfinanciamento público do ensino superior, evidenciado no relatório da OCDE (2022)[1], que considera a necessidade de um novo modelo racional de financiamento em resposta à escassez dos recursos públicos remetendo para acordos programáticos com a tutela, impõem às IES programas de ação e metas muito exigentes, assim como, a procura intensa por novos financiamentos e para os quais as instituições devem estar preparadas. Contudo, aquelas exigências não têm tido em conta fatores de coesão territorial que penalizam fortemente a dinâmica e a prossecução da nossa missão.

Não obstante o IPT ter elevada dependência dos recursos financeiros provenientes do orçamento de estado (OE) tem sabido equilibrar as contas principalmente à custa de uma gestão racional e da procura intensa por fontes de financiamento alternativas assente, fundamentalmente, em projetos de investigação e desenvolvimento financiados. A perspetiva de agravamento que se anuncia relativamente às políticas de

[1] OCDE, 2022. "Resourcing Higher Education in Portugal";

financiamento das IES, irá fragilizar, de forma acentuada, a capacidade do IPT tomar decisões, de médio e longo prazo, que possam contribuir para a superação da sua viabilidade e permitir a sua sustentabilidade e competitividade.

A acentuar esta fragilidade, evidenciam-se também outras debilidades que se refletem na nossa operação e que procuramos ultrapassar com projetos e ações especificas. A elevada taxa de abandono verificada, QUAR (2022)[2], também constatada pela generalidade das IES, associada à reduzida taxa de retenção (estudantes colocados que não se matriculam) são preocupações para as quais se tem intensificado esforços para as mitigar, para este efeito foi criado o Gabinete de Mentoria que gere projetos e promove ações para acompanhamento dos estudantes.

Associado a este flagelo, o IPT apresenta um corpo docente em processo de envelhecimento acentuado, com um significativo impacto na rigidez de inovação da oferta formativa e dificuldades de relação e insuficiente penetração territorial com o tecido económico, social e empresarial. Isto reflete-se quer na reduzida capacidade de desenhar projetos de investigação e desenvolvimento e de ensino-aprendizagem com a comunidade, quer na produção científica, que apresenta níveis baixos de impacto e de internacionalização. Estes factos fragilizam o IPT e têm efeito reputacional nos seus recursos.

Apesar das insuficiências estruturais da procura relativamente à oferta formativa disponibilizada, têm sido impulsionadas reformas e concebidos novos desenhos de cursos que deverão ser capazes de atrair mais e novos públicos. Contudo, os elevados custos de localização e contexto, como rede de transportes, alojamento, etc., são fatores de entrave quer de atração quer de fixação de estudantes e diplomados que associados a fatores demográficos e perfil da estrutura económica com contexto de competitividade reduzida, acentuam as dificuldades da procura de ensino superior na região.

Os esforços desenvolvidos para a integração e cooperação em redes nacionais e internacionais, evidenciadas nos consórcios "RP-A23" e "Entre Tejo e Mar", orientados para o Impulso Jovens STEAM e Impulso Adulto, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), a integração do IPT na rede Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste Europeu - CRUSOE (www.redcrusoe.com) e a candidatura à Universidade Europeia KreativEU (www.kreativEU.ipt), em que o IPT é líder, e que já opera informalmente, a integração no Laboratório Colaborativo em Logística, e a oferta formativa internacional que disponibiliza e que está a construir com diferentes parceiros e também as relações com IES dos PALOP que estão a ser aprofundadas, ainda não apresentam resultados evidentes. Os efeitos de participação, nomeadamente de

---

[2] QUAR 2022 – Quadro de Referência do IPT: https://portal2.ipt.pt/pt/ipt/informacao_de_gestao/quar/